

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





TCE mantém multa a Agetur por shows irregulares

O plenário do Tribunal de Contas do Estado rejeitou, na última quarta-feira, embargos de declaração interpostos por Suzete Maire Caetano Coutinho, ex-presidente da Comissão de Licitação da Agetur e, assim, manteve a multa que lhe foi imposta ano passado, por irregularidades na contratação de shows artísticos. O caso se refere a dois processos, um originado de representação da então 1ª Divisão de Fiscalização Estadual do TCE e outro do Ministério Público de Contas, sobre shows realizados em 2011 e 2012. Os embargos, invocando supostas omissões da decisão condenatória, que não teria definido claramente as irregularidades cometidas, foram admitidos porque protocolados dentro do prazo regimental. Em seu voto, o conselheiro relator, Saulo Mesquita, afirmou que, no mérito, o recurso não merece provimento pois se presta a combater obscuridade, omissão em acórdão do Tribunal de Contas, o que não foi vislumbrado no caso.





Governo transparente, controle rígido e eficiente para atender população

Helton Lenine

Governo transparente, de controle rígido e eficiente na entrega de serviços e benefícios à população. Esse é o tripé sempre defendido pelo governador Ronaldo Caiado. Ele e o vice-governador, Lincoln Tejota, ao lado de grande parte do secretariado, participaram na última quarta-feira, no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), de uma apresentação dos trabalhos e decisões mais relevantes tomadas pelo Tribunal no biênio 2017/2018.

“Os técnicos do TCE alcançaram um alto nível de detalhamento das planilhas. As tabelas apresentam indicadores precisos de falhas para cada secretária, o que dá a dimensão do quanto de irregularidades podem ser corrigidas e do quantitativo de informações com que o Tribunal pode nos auxiliar”, salientou o governador. Caiado apontou que há casos de órgãos, como a antiga Agetop e o Detran, que aparecem em todas as tabelas apresentadas pelo TCE. Para ele, o governo ter conhecimento desse trabalho é uma experiência que pode, inclusive, contribuir na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.



Celmar Rech e Ronaldo Caiado: rigor na fiscalização das contas do Estado

Ao lado de secretários e do vice Lincoln Tejota, governador acompanhou a apresentação das decisões mais relevantes do TCE no biênio 2017/2018 e defendeu sintonia entre poderes para achar soluções para os problemas do Estado

Ronaldo Caiado reforçou sua crença na importância da harmonia, respeito e autonomia entre os poderes, e com esta sintonia alcançar a solução de problemas que afetam a população de Goiás. “Fiz questão de estar aqui para ouvir, aprender, buscar a sugestões e orientações. É obrigação de um político, um gestor, estudar e se atualizar diante de uma legislação que é tão complexa quanto a do nosso País”, afirmou. E continuou: “Também para exigir do meu secretariado o cumprimento explícito do que foi deliberado como regra para a boa aplicação do dinheiro público. Eu me imponho numa responsabilidade maior, pois não podemos decepcionar milhões de goianos que esperam mudanças substantivas na prática do Executivo”.

O pensamento é compartilhado pelo vice-governador, Lincoln Tejota, que estava acompanhado do pai, o conselheiro Sebastião Tejota. “O governo e o Tribunal de Contas têm se

aproximado para trabalhar em conjunto nas questões fiscais e garantir que os recursos públicos sejam bem aplicados em serviços e benefícios para a população”, declarou Lincoln.

Já na avaliação do presidente do TCE, Celmar Rech, o encontro foi uma oportunidade para que cada secretário, cada presidente de autarquia ou de empresa possa compreender melhor o pensamento do controlador, bem como trazer também a sua visão de cada uma das pastas. “Para que haja boa governança é preciso que pratiquemos um controle técnico sem ser tecnicista, livre de qualquer viés ideológico e, principalmente, comprometido com os interesses da sociedade. Com a prestação de bons serviços públicos, com a execução de políticas públicas efetivas e lastreadas na promoção da cidadania”, pontuou.

Rech afirmou ainda que a sociedade goiana conta com uma atuação independente, republicana, respeitosa e equilibrada de cada poder e dos órgãos para a superação desse cenário de crise fiscal e de representatividade. “É preciso que tenhamos em mente que, no mundo todo, o modelo de democracia representativa

está em xeque. O cidadão demonstra profunda desconfiança em relação às instituições. A sensação de distância entre representantes e representados parece se aprofundar a despeito de novas tecnologias de comunicação que permitem ou que deveriam permitir o contrário, o aprofundamento desse diálogo. Acreditamos que a proximidade entre controladores e controlados, mais que salutar, é indispensável para o aprimoramento da gestão”, concluiu.

TRABALHO DE PREVENÇÃO

Para o secretário de Estado da Casa Civil, Anderson Máximo de Holanda, a ideia é empenhar-se em uma parceria republicana e no trabalho de prevenção para que o cidadão goiano tenha a certeza de que todas as políticas públicas tenham efetividade e que o dinheiro que está chegando será corretamente aplicado, seja em uma obra pública, um repasse para hospital, Educação ou Segurança. Além de providências que já foram implantadas, como o Programa de Compliance Público e a análise dos relatórios das incongruências, o TCE

apontou novas metodologias e caminhos a serem seguidos.

“Temos a Emenda Constitucional 55, que retira do cálculo de despesa de pessoal Imposto de Renda e Inativos, e é preciso cuidado por parte de nossos técnicos do Executivo ao emitir relatórios, porque a STN [Secretaria do Tesouro Nacional] entende que essa forma de cálculo está equivocada. O ponto número dois é o relatório bimestral financeiro: foi passada ao governador e a todos os secretários uma observância estrita, se a estimativa de receita está sendo aplicada e atingida, e não sendo atingida que haja um sobrestamento de empenhos para que o Estado trabalhe sempre em um limite de receita e despesa”, exemplificou.

Ainda na avaliação de Máximo, a iniciativa da reunião demonstra maturidade do governo Ronaldo Caiado dentro dos princípios da transparência, austeridade, respeito ao erário. “Grande parte do primeiro escalão, bem como secretários e presidentes de autarquias estiveram aqui no Tribunal de Contas com a Presidência e os conselheiros, para estudarmos e apreendermos todos os problemas que aconteceram em gestões passadas relativos aos procedimentos de licitações, às prestações de conta e à questão de pessoal. É o primeiro ato que o Tribunal, de forma preventiva, traz para a nova gestão para evitar esses erros contumazes que aconteceram e que, sem sombra de dúvidas, geraram muitos prejuízos ao cidadão goiano”, considerou.

Governo confirma pagamento de segunda parcela de dezembro

O governo de Ronaldo Caiado tem como um dos pontos mais críticos o pagamento de dezembro para os servidores públicos. A secretaria de Economia (SEFAZ) divulgou o cronograma da segunda parcela das 5 que faltam. Agora, 23 mil receberão o crédito no dia 30 de abril que vem.

O salário de abril será liberado até o dia 10 de maio, segundo informações da secretaria da Economia. Em nota, o governo confirmou a segunda parcela de dezembro.

NOTA

“O Governo de Goiás informa que a segunda parcela escalonada da folha de dezembro de 2018 será repassada na próxima segunda-feira (29/4) a diversos órgãos da administração estadual e estará liberada na conta corrente dos servidores na terça-feira (30/4). São aproximadamente 23 mil os servidores que vão receber, o que eleva para 70% o percentual dos que tiveram a folha de dezembro quitada no Executivo.

Pelo cronograma recebem na próxima

semana os servidores ativos e inativos da área da Segurança Pública com salários de até R\$ 7.000,00; os servidores da ativa das seções socioeducativas que recebem até R\$ 7.000,00; os servidores ativos da Secretaria da Educação que recebem até R\$ 5.197,29; os inativos da Seduce que recebem até R\$ 3.593,36 e ainda todos os funcionários civis ativos e inativos que recebem até R\$ 2.900,00.

No mês passado, o governo o liberou o salário de dezembro para a primeira faixa salarial, que variou entre R\$ 3.685,00 para alguns e até R\$ 7.000,00, para a área de Segurança Pública, que engloba SSP, Corpo de Bombeiros, Casa Militar, Polícia Civil e Militar e Superintendência Geral de Administração Penitenciária”



TCE utilizará robô que será capaz de detectar irregularidades em editais do Estado

Sistema está em fase de implantação e deve ser operacionalizado a partir de outubro

Bia Mendes
jornalismo@diariodeaparecida.com

Para auxiliar a leitura e análise dos editais de licitação dos órgãos públicos do Estado, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) passará a utilizar um software Análise de Licitações e Editais (Alice), a partir de outubro, com o intuito de detectar irregularidades e inconsistências e atuar de forma preventiva, para evitar danos ao erário. O sistema fará a leitura automatizada dos documentos e poderá identificar falhas, em tempo real, de todos os editais publicados no Diário Oficial do Estado.

E também cruzará os dados e poderá verificar se um edital exige do fornecedor documentos desnecessários ou se as empresas concorrentes têm sócios em comum. Conforme o TCE, após a varredura feita pelo robô virtual, o edital retorna aos auditores, para que os mesmos deem sequência ao processo de análise.

Para o chefe do Serviço de Informações Estratégicas do TCE, Maurício Barros de Jesus, só é possível que o sistema funcione de maneira

assertiva com o acesso às bases de dados de licitações de todos os Jurisdicionados, que englobam os editais, os participantes da licitação, os vencedores, os valores dos itens, dentre outras informações. Maurício ainda destaca que, com a Alice, haverá diminuição de custos para o Tribunal.

"Alice será capaz de ler 100% dos editais. Com ela, conseguiremos priorizar documentos com maiores indícios de irregularidades. Como é fruto de contribuições em nível nacional, não gerou custos para o Tribunal", reforçou o chefe do Serviço de Informações Estratégicas do TCE.

Em entrevista ao Diário de Aparecida, o secretário de Controle Externo do TCE – que responde pela área de fiscalização –, Vitor Gobato, destacou que o sistema já está sendo utilizado em fase de testes. "De acordo com nosso plano diretor, outubro é o prazo de finalização do projeto, mas ele já está em execução. Já inserimos alguns editais do Estado de Goiás em escaneamento e dentro de alguns dias teremos alguns dados preliminares

desses testes", explicou.

Além da leitura e apontamento dos indícios de irregularidades, Vitor antecipou que o TCE poderá utilizar a ferramenta também para outros fins, como alertar os gestores dos órgãos do Estado em relação ao certame que está sendo feito. "É uma ferramenta que permitiria uma atuação pedagógica do Tribunal. Antes de descartar um processo licitatório que vai poder gerar uma penalização, o TCE – usando os mecanismos de controle – poderia evitar problemas potenciais que o gestor nem tomou conhecimento. É uma ferramenta também para auxiliar os gestores, pois poderão ser alertados."

Danos

Vitor reforçou que a plataforma Alice agilizará o trabalho dos auditores ao atuar de maneira preventiva na varredura dos editais e assim poderá evitar danos ao erário, pois será uma tarefa diária e rotineira, com a identificação de padrões de irregularidades, e como benefício terá

uma resposta mais rápida do que se o edital fosse analisado por um auditor. "É uma plataforma que vai permitir um sistema de atuação concomitante, ou seja, é o controle externo sendo exercido durante a execução do ato administrativo, antes de se concretizar o problema e o dano potencial, antes de gerar uma contratação fraudulenta ou de alto custo e sobrepreço, por exemplo."

O secretário de Controle Externo ainda frisou: "O robô vai permitir que o TCE atue antes do processo finalizado, com chances de evitar o dano e fazer economia. Porque sabemos que, depois que o dano acontece, a recuperação fica cada vez mais difícil, a instalação do processo para ressarcimento ao erário, é tudo muito dispendioso. Então, se a gente consegue atuar de forma preventiva ou concomitante, seremos mais assertivos."

Em relação a editais passados e que estão com contratos até mesmo em vigor, o servidor do TCE informou que o robô também poderá fazer

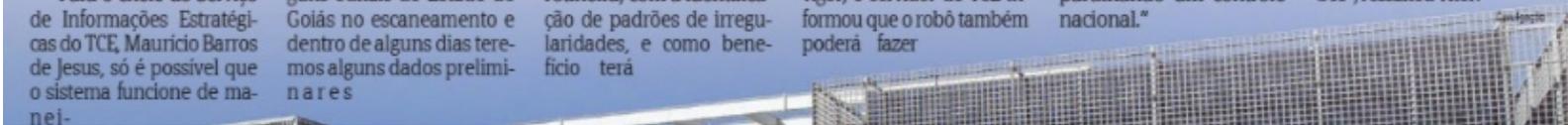
a varredura: "Poderá ser utilizado para identificar contratações passadas com potenciais irregularidades e, a partir daí, podemos pedir o contrato, fazer um trabalho de fiscalização mais aprofundado para tentar evidenciar o que realmente aconteceu e se gerou o prejuízo para a Administração."

Tecnologia

Vitor lembrou que a tecnologia utilizada pelo sistema Alice foi desenvolvida no ano de 2015 pela Controladoria-Geral da União (CGU) e passou a ser utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas compartilhada posteriormente com todos os Tribunais de Contas do País, por meio da rede InfoContas. "O projeto está sendo trabalhado em rede e é uma ferramenta desenvolvida por um ente e estendida para todos os tribunais. Assim, representantes de cada Tribunal contribuindo para desenvolver novos padrões de irregularidades e compartilhando um controle nacional."

Além do sistema Alice, o TCU utiliza os robôs Mônica e Sofia – do Laboratório de Informações e Controle (Labcontas). O primeiro possibilita ao auditor visualizar de forma ágil e eficiente dados como a visão do órgão contratante, os fornecedores que são mais contratados e os tipos de serviço mais utilizados. Já o sistema Sofia é focado em fatos e indícios de irregularidades para cerca de 200 auditores do TCU, proporcionando mais autonomia para o auditor.

"No nosso plano diretor está prevista só a Alice, os demais não estão programados. Mas, conforme a abertura que o TCU nos der, com certeza existe a possibilidade de aderirmos também. Como existe essa rede Infocontas, que tem o intuito de compartilhar conhecimento e experiências entre os Tribunais de Contas do Brasil, certamente teremos abertura para receber outros tipos de plataformas desenvolvidas por outros tribunais, como é o caso desses dois robôs", ressaltou Vitor.





JURÍDICA

juridica@ohoje.com.br

MARÍLIA COSTA E SILVA

STF entende que MP de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra TCE

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou sua jurisprudência para reconhecer que o Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas no qual atua. A decisão majoritária foi tomada pelo Plenário Virtual do STF no julgamento de mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1178617, que teve repercussão geral reconhecida. O caso dos autos teve origem em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público de Contas de Goiás no Tribunal de Justiça estadual (TJGO) contra ato do Tribunal de Contas local (TCE-GO) que havia determinado o arquivamento da representação apresentada pelo MP

para apurar irregularidades em processo licitatório para a construção da nova sede da corte de contas. O TJGO afastou a legitimidade do Ministério Público de contas para a impetração e determinou a extinção do mandando de segurança sem julgamento de mérito. Em seguida, o MP de Contas recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu seu recurso para reconhecer sua legitimidade e determinar que o TJGO desse prosseguimento ao trâmite do mandado de segurança. No recurso extraordinário, o TCE-GO alegou, entre outros pontos, que o entendimento adotado pelo STJ fere tanto a doutrina quanto a jurisprudência consolidada do STF sobre a matéria.



Encontro no TCE-GO busca aprimorar controle dos recursos públicos

Ao participar de encontro no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) em que o órgão realizou apresentação das decisões mais relevantes proferidas no biênio 2017/2018, o governador Ronaldo Caiado destacou que o objetivo da gestão é melhorar seus instrumentos de controle e a própria utilização dos recursos públicos. “Fiz questão de estar aqui para ouvir, aprender, buscar as sugestões e orientações. Também para exigir do meu secretariado o cumprimento explícito do que foi deliberado como regra para a boa aplicação do dinheiro público”, afirmou o governador.

A realização do encontro foi definida em visita à Casa Civil do presidente do TCE, Celmar Rech, no último mês, e a reunião teve o objetivo de evitar a repetição de falhas cometidas na gestão anterior, ajustando o trabalho conjunto em questões fiscais. “É o primeiro ato que o Tribunal, de forma preventiva, traz para a nova gestão para evitar esses erros contumazes que aconteceram e que, sem sombra de dúvidas, geraram muitos prejuízos ao cidadão goiano”, disse secretário da Casa Civil, Anderson Máximo.

Além de providências que já foram implantadas, como as medidas do Programa de Compliance Público e a análise dos relatórios das incongruências, o TCE apontou novas metodologias e caminhos a serem seguidos pela gestão. “Grande parte do primeiro escalão, bem como secretários e presidentes de autarquias estiveram aqui para estudar e aprender com todos os problemas que aconteceram em gestões passadas relativos aos procedimentos de licitações, às prestações de conta e à questão de pessoal. É uma questão de maturidade, transparência, austeridade, respeito ao erário”, disse o secretário.

Entre os principais pontos destacados no encontro que precisam ser reavaliados, Anderson Máximo ressaltou a atribuição de despesas com pessoal. “Temos a Emenda Constitucional 55, que retira do cálculo de despesa de pessoal valores gastos com Imposto de Renda e pagamentos a inativos. É preciso cuidado por parte de nossos técnicos do Executivo ao emitir relatórios, porque a Secretaria do Tesouro Nacional entende que essa forma de cálculo está equivocada” afirmou o secretário.



Trabalho conjunto entre governo e TCE-GO é fundamental para a população, afirma Lincoln Tejota

Governador Ronaldo Caiado, vice-governador Lincoln Tejota, e secretário de estado acompanham apresentação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás .

O vice-governador Lincoln Tejota ressaltou a importância da harmonia dos poderes para o ajuste fiscal adequado à legislação em vigor. Tejota participou de parte da solenidade de apresentação dos trabalhos e decisões mais relevantes do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), no biênio 2017-2018, na manhã desta quarta (24), na sede do órgão, em Goiânia. O governador Ronaldo Caiado também esteve no evento, que serviu para lançamento de plataforma de consulta das decisões.

“Vivemos um novo momento em Goiás. Governo e TCE tem se aproximado para trabalhar em conjunto nas questões fiscais e garantir que os recursos públicos sejam bem aplicados em serviços e benefícios para a população”, afirmou Lincoln Tejota. O vice-governador afirmou que a transparência, tanto dos órgãos fiscalizadores, quanto das contas públicas é essencial para que essa proximidade renda frutos positivos para a população. “Com a nova ferramenta lançada hoje, podemos acompanhar de perto como são alocados os recursos para evitarmos os erros de gestões passadas”, salientou.

A ferramenta lançada pelo tribunal será utilizada para reunir de forma segmentada 1.466 decisões relativos a diferentes órgãos públicos o acesso a todas as etapas de processos, prestações de contas, inspeções, auditorias, relatórios semestrais e anuais, entre outros documentos. De acordo com o TCE, essas informações estavam dispersas no site do tribunal. A partir de agora, é possível encontrar todos os dados de uma determinada instituição num mesmo ambiente virtual, o que facilitará o trabalho na gestão administrativa e operacional.

Durante o evento, o presidente do TCE, Celmar Rech, ressaltou que a data marca o início da parceria do órgão com o governo do Estado. Rech avaliou que o momento é de união dos poderes para a superação das crises fiscal e de representatividade por que passam Goiás e o país. “A sociedade conta com a atuação independente e republicana dos poderes para a superação das crises fiscal e de representatividade”, disse.

O governador Caiado também enfatizou a busca pela harmonia entre os poderes e fez compromisso de atuação lado a lado com tribunal em prol da população. “Somos o primeiro governo a implantar Compliance em todos os órgãos do Estado. Antes de se fazer auditoria do que foi feito de errado estamos a aplicando a medicina preventiva”, reforçou. Caiado ainda fez um compromisso com os membros do TCE: “me ajudem a governar e vocês terão todas as portas do governo abertas”.



AFASTAMENTO

Haroldo Reimer formaliza renúncia à reitoria da UEG

Professor estava afastado desde o fim de março em razão de irregularidades na gestão de recursos do Pronatec

Afastado do cargo desde março, Haroldo Reimer formalizou ontem sua renúncia da função de reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A carta foi entregue ao reitor interino Ivano Alessandro Devilla e deve ser publicada no Diário Oficial do Estado de hoje.

Reimer pediu afastamento da reitoria para preparar defesa às acusações surgidas após relatório da Controladoria Geral do Estado (CGE) apontar irregularidades no uso de recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pela UEG. Reimer não atendeu às ligações da reportagem.

O POPULAR mostrou, com exclusividade, em 20 de março, que a CGE apurava nomeações irregulares de pessoas ligadas a Reimer e aos então pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Marcos Torres, e chefe de gabinete da reitoria, Juliana Almada.

Aproximadamente R\$ 4,8 milhões dos R\$ 9 milhões recebidos pela UEG para o Pronatec ficaram com bolsistas nomeados pelos três envolvidos. Bolsistas estes que recebiam bolsas mensais que chegavam a R\$ 7,5 mil. Como mostrou o POPULAR nesta semana, 26% dos R\$ 4,8 milhões foram pagos a apenas 17 pessoas, entre

elas Reimer, Torres e Juliana Almada, e parentes ou conhecidos destes.

NOVA ELEIÇÃO

A priori, uma nova eleição só deve ocorrer em 2020. Porém, a comissão criada no final de março pelo Conselho Universitário da UEG para dialogar com o governo estadual trabalha para que o pleito ocorra em junho deste ano. Isso depende, entretanto, de uma mudança na legislação. À reportagem, o reitor interino Ivano Alessandro Devilla diz achar que existem condições para que isso ocorra, dispensando o mandato tampão.